

VI SEMINÁRIO MARIAS USP

MATERIAL DE APOIO

MINICURSO:

Supply chain da violência sexual em conflitos no Sul Global: a relação entre tecnologia, meio ambiente e exploração de gênero

AUTORA: ISABELLA COSTA



USP 

WWW.MARIASUSP.COM.BR

sobre a autora:



Pesquisadora sobre violência de gênero em conflitos, paz e migração sobre uma perspectiva feminista decolonial das Relações Internacionais. Mestranda em Estudos Críticos de Gênero na Central European University, em Viena. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual “Julio de Mesquita Filho” (UNESP-Marília). Atualmente, é estagiária de Africa Policy no Vienna Institute for International Dialogue and Cooperation (VIDC), com foco na agenda Mulheres, Paz e Segurança, e membro do IARAS - Núcleo de Estudos de Gênero em Relações Internacionais e Ciência Política



ISABELLA COSTA

Introdução

Violência sexual em conflitos armados tem sido o foco de muitos estudos feministas das relações internacionais na última década, buscando entender as motivações de grupos armados e as implicações no processo de peacebuilding. Entretanto, a maior parte da literatura se concentra apenas em dinâmicas locais e regionais para a perpetuação desse tipo de violência de gênero, muitas vezes relevando atores e motivações transnacionais que colaboram ativamente para a produção de inseguranças de gênero em conflitos.

Atores como empresas multinacionais de tecnologia e companhias mineradoras do Norte Global se utilizam dos cenários de instabilidade no Sul Global para explorar recursos naturais e lucrar a partir das vulnerabilidades da população local. Tal interação do global com local cria um sistema em que diferentes níveis de atores operam juntos produzindo violência de acordo com seus interesses individuais. Como resultado, observa-se um mercado de violência, onde o lucro e a aquisição de recursos custam o corpo e a segurança das mulheres.



Em vista disso, esse minicurso busca explorar a violência sexual no conflito da República Democrática do Congo a partir de uma perspectiva decolonial feminista. Isto é, compreendendo como relações globais e desiguais de poder – como a colonialidade e o patriarcado – são não apenas as raízes dos conflitos e da violência de gênero, mas também engrenagens para a manutenção da ordem internacional e da economia política global para a produção de inseguranças. Dessa forma, analisaremos como a exploração do meio ambiente se estende à corpos marginalizados do Sul Global e a maneira em que a violência é utilizada como manobra política.

Nosso objetivo é compreender que conflitos armados, violência sexual e extração mineral para tecnologia são tópicos interconectados, que interagem para atingir interesses individuais, coletivos ou globais em diferentes sistemas de poder. A partir disso, é possível expandir nossa visão sobre os processos de construção de paz e a criação de políticas públicas internacionais para proteger mulheres em cenários de insegurança.



Violência sexual em conflitos

Violência sexual é caracterizada pela Organização Mundial da Saúde como:

“qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção, por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer ambiente. Inclui estupro, definido como a penetração fisicamente forçada ou coerciva da vulva ou do ânus com um pênis, outra parte do corpo ou objeto” (WHO, 2021, tradução nossa)

A partir disso, Conflict-Related Sexual Violence (CRSV) - ou violência sexual relacionada à conflitos - diz respeito a qualquer um desses atos que esteja relacionado com situações de conflito ou pós conflito de maneira temporal, geográfica e/ou causal (UN, 2011). individuais ou coletivos.

Essa violência é, em sua maioria, perpetrada contra mulheres em decorrência das estruturas hierárquicas de gênero e o papel de submissão do feminino nas sociedades. A CRSV pode ser ocasionada por diferentes atores e as motivações variam de acordo com seus interesses individuais ou coletivos.



Violência sexual em conflitos

Podemos identificar os principais perpetradores em nível local como soldados, grupos armados, agentes de segurança, polícia e civis. Em um nível mais amplo observamos grandes corporações mineradoras que buscam deslocar pessoas de suas terras ou explorar a natureza e utilizam a violência sexual como uma manobra econômica de lucro. Tais abusos podem ocorrer tanto de maneira direta como indireta. Galtung (1969; 1990) categoriza a violência em três níveis:

- 1 violência direta ou pessoal, caracterizada por uma ação;
- 2 violência estrutural (ou indireta), produzida por estruturas de poder hierárquicas - por meio de processos de discriminação e marginalização, por exemplo -, em que não há uma relação direta entre agressor, violência e vítima;
- 3 violência cultural, que abrange crenças, ideologias e aspectos culturais que legitimam os atos de violência.



Violência sexual em conflitos

Nesse sentido, construir a paz não significa apenas acabar com um tipo de violência, mas implica também na necessidade de romper estruturas de poder e ideologias que legitimam e naturalizam atos de violência contra as mulheres. Dessa forma, entendemos que todos os níveis observados por Galtung (1969; 1990) criam ciclos de exploração de gênero, nos quais colaboram para a sistematização do corpo das mulheres como armas de guerra.

Além disso, as motivações da CRSV podem estar ligadas a: (a) demonstrar poder sobre um território ou população; (b) limpeza étnica; (c) impor medo ou terror; (d) deslocamento forçado para extração de recursos naturais e (e) oportunismo (Baaz; Stern, 2013; Wood, 2009; Banwell, 2012). Muitas vezes, grupos armados utilizam a violência sexual contra mulheres como uma estratégia de guerra e as motivações vão variar de acordo com os objetivos do conflito. Dessa maneira, um mesmo tipo de ator pode partir de interesses diferentes para produzir esse tipo de abuso dependendo do cenário ou situação do conflito que se encontra.

O conflito na RDC

A República Democrática do Congo (RDC) enfrenta conflitos e instabilidades sociais por mais de duas décadas, marcadas por graves violações de direitos humanos, sobretudo contra mulheres. Em fevereiro de 2025, a Organização das Nações Unidas (ONU) relatou mais de 800 casos de estupro relacionados ao conflito no país (UN News, 2025). Desde o início da Segunda Guerra do Congo, em 1998, a violência sexual tem sido empregada por atores estatais e não estatais como instrumento estratégico para a obtenção de interesses coletivos ou individuais (Meger, 2010).

Embora o conflito na RDC seja frequentemente analisado a partir das rivalidades étnicas, outro fator central para a continuidade das tensões na região é a exploração de recursos naturais e a disputa por áreas de mineração.

O país é rico em minerais estratégicos, especialmente cobre e cobalto, essenciais para a fabricação de produtos tecnológicos.



O conflito na RDC

Essa competição por áreas de mineração representa uma importante raiz do conflito e da violência sexual (Rauber et al., 2017). Apesar de mais de vinte anos de esforços internacionais liderados pela ONU para implementar operações de paz na RDC, as estratégias voltadas à proteção das mulheres não se mostraram eficientes.

A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) foi criada em 1999 em resposta à Segunda Guerra do Congo, um dos conflitos mais devastadores do continente africano, que envolveu diversos atores regionais e internacionais. O conflito foi impulsionado por tensões étnicas e políticas na região dos Grandes Lagos, resultando na violência em larga escala contra civis, promovida principalmente por milícias locais e grupos armados (Doss, 2014; Silva, 2011). O mandato inicial da MONUC era monitorar os acordos de cessar-fogo, mas posteriormente foi ampliado para incluir a proteção de civis (Doss, 2014).

Embora a Segunda Guerra do Congo tenha terminado oficialmente em 2003, a instabilidade sociopolítica continuou colaborando para manter os altos índices de violência.



O conflito na RDC

Dessa maneira, a MONUC permaneceu ativa até 2010, quando foi substituída pela Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO).

A nova missão recebeu mais recursos e autorização para utilizar todos os meios necessários para acabar com as hostilidades, incluindo o uso da força militar, para proteger civis de ataques por grupos armados (UNSC, 2010). No entanto, o extrativismo e a competição por recursos naturais continuam sendo fatores centrais nas violações de Direitos Humanos no país, incluindo a perpetuação de formas indiretas de violência por parte de empresas de mineração e de tecnologia (Kelly, 2019).

Dell, Microsoft, Tesla e Apple são exemplos de empresas que compram cobre e cobalto provenientes da RDC e que, possivelmente, colaboram indiretamente com a supply chain da violência, uma vez que financiam as companhias mineradoras presentes no contexto local.



O conflito na RDC

Apesar disso, os relatórios da MONUC e da MONUSCO tendem a responsabilizar apenas os grupos armados regionais e os atores estatais pela violência sexual e violação dos Direitos Humanos. Todavia, compreendemos que é impossível separar a violência contra as mulheres das estruturas patriarcais e capitalistas globais que se beneficiam da exploração de gênero (Vèrges, 2022). Logo, focar apenas nas dinâmicas locais de poder e na violência direta amplifica o risco de identificar alguns homens como violentos, sem romper as estruturas que produzem esse tipo de violência.



Meio ambiente e corpos femininos como instrumentos do capitalismo

O conflito na RDC e a violência indiscriminada, tem raízes no legado da colonização belga no país, que se utilizava de estratégias para conquistar o território baseadas na divisão e rivalidades entre diferentes etnias e na exploração das terras (Rauber et al., 2017). Tais rivalidades continuaram após a independência do país, bem como as fragilidades econômicas deixadas pelas marcas da colonização. Magalhães (2024) argumenta que a exploração da natureza está diretamente conectada à exploração de corpos marginalizados do Sul Global. Ambos fazem parte de um projeto colonial que visava dominar e extrair recursos naturais da terra, produzindo violência ambiental. Essa exploração se estendeu, posteriormente, aos corpos racializados e feminizados, vistos como inferiores.

Tal lógica determinou a forma como o capitalismo foi construído, a qual continua regendo a produção de lucro e bens. Nesse sentido, os conflitos ligados ao meio-ambiente e vinculados à exploração de recursos naturais são sustentados por violências perpetuadas de maneira direta, estrutural e cultural.



Meio ambiente e corpos femininos como instrumentos do capitalismo

Nesse contexto, o conflito contínuo na RDC nos mostra que a violência sexual é instrumentalizada tanto por grupos armados locais a atores regionais como estratégia de guerra contra os inimigos ou para satisfazer interesses individuais. Entretanto, atores transnacionais e empresas locais também exploram das vulnerabilidades econômicas e de gênero para lucrar com a violência sexual. A principal motivação para a produção indireta desses abusos por grandes companhias extrativistas é deslocar populações locais de suas terras para explorar minérios sem precisar indenizá-los (Amnesty Internacional, 2023). Dessa maneira, seguindo a lógica desenvolvida por Segato (2016) do corpo como um território, as mulheres são vistas como objetos a serem conquistados, dominados e usados para atingir diferentes objetivos. Isso é naturalizado tanto por relações de gênero locais, bem como por estruturas globais patriarcais e radicalizadas que marginalizam certos corpos e os instrumentalizam para produzir bens e lucratividade, mesmo que isso custe violência ou segurança. Portanto, percebemos que diferentes sistemas de poder são utilizados para produzir violência contra mulheres no conflito da RDC para atingir diferentes tipos de objetivos. Tais objetivos se conectam com a exploração da natureza e de corpos vulneráveis visando interesses econômicos e/ou individuais. Assim, conclui-se que a CRSV não é algo incidental, mas sim instrumental e é utilizada para manter hierarquias do atual sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

AMNESTY INTERNATIONAL. Powering change or business as usual?: forced evictions at industrial cobalt and copper mines in The Democratic Republic Of The Congo. London: Amnesty International, 2023.

BAAZ, M. E.; STERN, M. Sexual violence as a weapon of war?: perceptions, prescriptions, problems in the Congo and beyond. Londres: Zed Books, 2013.

BANWELL, S. Rape and sexual violence in the Democratic Republic of Congo: a case study of gender-based violence. *Journal of Gender Studies*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 45-58, Oct. 2012.

DOSS, A. In the Footsteps of Dr Bunche: The Congo, UN Peacekeeping and the Use of Force. *Journal of Strategic Studies*, [S. l.], v. 37, n. 5, p. 703-735, Jun. 2014.

MAGALHÃES TEIXEIRA, B. The nature of peace and the continuum of violence in environmental conflicts. 2024. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Department of Political Science, AllMedia Öresund AB.

MEGER, S. Rape of the Congo: Understanding sexual violence in the conflict in the Democratic Republic of Congo. *Journal of Contemporary African Studies*, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 119-135, 10 Apr. 2010.

REFERÊNCIAS

RAUBER, B.; SANTOS FILHO, J. E.; NOGUEIRA, J. V. C.; CASTRO, L.; BITTENCOURT, M.; XERRI, S. G. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo. UFRGS Model United Nations, [S. l.], v. 5, 2017, p. 295-339. Disponível em: Teixeira, B. M. (2025). Coloniality of nature. Rewriting Peace and Conflict. <https://rewritingpeaceandconflict.net/wp-content/uploads/2025/03/Magalhaes-Teixera-18-Mar-2025-Coloniality-of-Nature-PostColH.pdf>

Banwell, S. (2012). Rape and sexual violence in the Democratic Republic of Congo: A case study of gender-based violence. *Journal of Gender Studies*, 23(1), 45-58.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). CLACSO. https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

SILVA, I. C. Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-issertacoes/4195-guerra-e-construcao-do-estado-na-republica-democratica-do-congo-a-definicao-militar-do-conflito-como-pre-condicao-para-a-paz>.

IMPORTANTE!

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, para fins comerciais, sujeitando-se o infrator às penalidades cíveis e criminais cabíveis.

Apostila produzida pelo Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais da
Universidade de São Paulo (USP)

Responsável pela confecção da apostila: Thamires Cristina Vasques Durante

